



# REBENA

## Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem

ISSN 2764-1368

Volume 7, 2023, p. 374 - 393

<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/index>

### Feira Livre no município de Aracaju

Feira Livre in the municipality of Aracaju

José Gicelmo Melo Albuquerque<sup>1</sup>

Submetido: 15/09/2023    Aprovado: 10/10/2023    Publicação: 21/10/2023

### RESUMO

Esse artigo tem o objetivo de mostrar a representação da feira livre na cidade de Aracaju – Sergipe, numa visão de apresentar a representatividade imaterial e a configuração de patrimônio na cidade. Ampliando a reflexão sobre a cultura, costumes e religiosidade que perpassam a modalidade de um espaço comercial, mas aponta a estruturação de uma sociedade, que impacta nos valores e na educação e formação dos indivíduos inseridos nesse contexto. Notamos que a feira livre possibilita expressões socioculturais, costumes e atividades que formaram a identidade da região e tem representatividade com visitas de outros estados para se relacionar com esse evento. Nesse sentido, a feira se constitui como lugar de encontro, de vivências, de práticas, fazeres e saberes que reforçam significados à medida que os sujeitos sociais se apropriam do espaço produzido.

**Palavras Chave:** Feira Livre, Aracaju, Saberes E Fazeres, Expressões Socioculturais.

### ABSTRACT

The aim of this article is to show the representation of the free market in the city of Aracaju - Sergipe, with a view to presenting intangible representativeness and the configuration of heritage in the city. It broadens the reflection on the culture, customs and religiosity that permeate the modality of a commercial space, but points to the structuring of a society, which impacts on the values and education and training of the individuals inserted in this context. We can see that the free fair enables socio-cultural expressions, customs and activities that have formed the identity of the region and is representative of visits from other states to relate to this event. In this sense, the fair is a meeting place, a place for experiences, practices, activities and knowledge that reinforce meanings as social subjects appropriate the space produced.

**Key words:** Feira Livre, Aracaju, Know-how and Doing, Sociocultural Expressions.

### DEDICATÓRIA

“Dedico este artigo à **Equipe Tem na Feira**, composta por: **FERNANDA DE MELO GONÇALVES DAS CHAGAS, JOÃO GABRIEL MOTA PINTO, LAÍS RAMIRO FORTALEZA, LUANA GRASIELY SOUZA DE FIGUEIREDO, MATHEUS PRADO MESQUITA, SERGIO CAUÃ FIGUEIROA MOTA, WILLIAM TEIXEIRA FREIRE**, todos alunos do 9º Ano (Ensino Fundamental – maior), matriculados no Centro de Excelência Leandro Maciel, Aracaju/Sergipe, ano letivo de 2022, vencedores da I Feira de Ciências do Leandro Maciel, com o **Projeto Tem na Feira!**, pois sem eles, este trabalho não se realizaria.”

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Educação pela Universidad Tecnológica Intercontinental (UTIC) em Assunção/PY. [gicelmoalbuquerque3355@outlook.com](mailto:gicelmoalbuquerque3355@outlook.com)

## 1. Introdução

A cidade de Aracaju, nascida em 1855, é atravessada desde fins do século passado por céleres mudanças. Vivemos em uma cidade que se transforma a todo instante, seja em ordem arquitetônica e urbanística, passando por políticas de estado reguladora dos corpos, até os modos de subjetivação possíveis no enredamento urbano. Ela é ainda atravessada por lógicas do capitalismo financeiro, característica dos movimentos de globalização, que engendram práticas e modos de se relacionar pautados pelo consumo.

As disciplinaridades esquadram a urbe em pedaços, cada qual com seu quinhão. Cada qual diz do seu pedaço a sua verdade, mas a cidade é viva e resiste com indisciplinaridades. Cria rugas, asperezas, inventam-se quando tida por dominada, funda em si microcidades outras, invisíveis, que escapam aos olhos da vigilância. Sobre a vida urbana é possível falar dela quando considerada em sua imprevisibilidade, incerteza e potencialidade inventiva.

Aracaju, cidade planejada, nascida no restrito tabuleiro de Pirro para sediar a capital de Sergipe Del-Rei não coube em si. Transbordou e assim continua inventando modos de urbanidade e expandindo seu espaço geográfico. Esta pesquisa acompanhou alguns desses processos em vigência tendo a feira livre situada no bairro Castelo Branco como campo delimitado onde coexistem o antigo e o novo, o público e o privado, o controle e a invenção. São modos múltiplos de inscrição no espaço público urbano e não há como conter todos eles logo não existem aqui pretensões exaustivas, pois a rua é o lugar do incontrolável.

A feira livre acontece em geral todas as sextas-feiras pela manhã no bairro Castelo Branco, por ocasiões de feriados é transferida para as quintas-feiras. Geograficamente, esta feira tem um percurso aproximado de 300 metros e se estende por toda a rua Cel. João Gonçalves, desde seu cruzamento com a Avenida São João Batista até a praça da caixa d'água, com curtos prolongamentos em ruas laterais. Podemos dizer que esta feira não tem início nem fim, pois tanto se pode ter acesso pela referência da caixa d'água (rua Oscar Nascimento) como pela avenida São João Batista, além das outras ruas secundárias.

Nessa feira vendem-se desde frutas, verduras, carnes, peixes, aves, arroz, feijão, farinha, ervas e laticínios, até mesmo utensílios de casa, roupas, dvd's, relógios, cadeados, produtos de limpeza e ainda filhotes de animais; enfim, um mundo de coisas possíveis.

As bancas, por sua vez, são organizadas em fileiras criando um corredor largo para o fluxo de pessoas, carrinhos-de-mão para transporte de mercadorias, bicicletas, ambulantes e para a realização de negócios. Este comércio não está somente preso à disponibilidade das bancas, realiza-se também no chão e em suportes improvisados, além de alguns que vendem suas mercadorias transitando pelo local.

Ao longo de sua extensão acontecem serviços secundários rotineiros naquelas ruas, funcionando normalmente nos dias de feira. Serviços como mercearias, barbearia, salão de beleza, lanchonetes, sorveteria, farmácia, bar e açougue. As bancas são colocadas na rua no dia anterior e montadas a noite para o dia seguinte, logo cedo. Já na madrugada, por volta de uma ou duas horas da manhã é possível observar alguns feirantes no local arrumando os produtos ou mesmo dormindo.

A feira tem seu movimento mais intenso às seis horas da manhã e costuma terminar por volta de uma hora da tarde, quando o negócio já está bem fraco e algumas bancas já desocupadas. Enquanto alguns feirantes ainda retiram suas mercadorias, pessoas do serviço terceirizado efetuam o desmonte das bancas e liberam, parte a parte, a rua para que se dê o começo da limpeza. Funcionários da Empresa Municipal de Serviços Urbanos, varrem o caminho e recolhem os restos. Em seguida um carro-pipa despeja uma mistura de água e sabão para atenuar os cheiros da feira, porém, à noite, ainda é possível sentir um aroma composto de lixo e limpo. Pensar a cidade é estar implicado em sua vida cotidiana; é também possibilitar a emergência de outras tantas formas de urbanidade.

A rua conta histórias soturnas e problematizar tais práticas silenciosas não contempladas pelas hegemônicas formas de produção do conhecimento da subjetividade urbana que atravessam o cotidiano da cidade, acaba por potencializar a dissolução de um olhar cristalizado. Estas práticas infames imprimem uma porosidade na concretude do real e isto o torna potente.

Assim, abre espaço para outras formas de olhar e viver a cidade, modos outros de contar histórias então. A história de cada lugar se constitui sobre espaços repletos de relações sociais que se desenrolam em todas as direções, ela se faz pela síntese de elementos próprios que se relacionam no cotidiano dos sujeitos sociais.

É no dia a dia que os costumes são reforçados, os traços culturais construídos, os valores e as tradições repassados, e dessa forma, essa multiplicidade possibilita a construção da memória dos sujeitos sociais que compartilham ou compartilharam desse mesmo espaço, como um elo entre o tempo passado e o tempo presente.

Para Delgado (2010, p.117) as cidades são cristais de múltiplas faces espaciais e temporais, cristais de variadas luzes, entre elas as da memória, que, com sua temporalidade sempre em movimento, reencontra os lugares de ontem com os sentimentos do presente. Esse reencontro dos lugares de ontem com os sentimentos do presente reafirma que os espaços das cidades estão em constante movimento, não só em sua produção, mas em suas relações. Nesse sentido, a feira se constitui como lugar de encontro, de vivências, de práticas, fazeres e saberes que reforçam significados à medida que os sujeitos sociais se apropriam do espaço produzido.

Carlos (2007, p.18) enfatiza que, São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é, pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. Deste modo, os espaços se ressignificam e as relações sociais são estabelecidas ao passo que se desenvolvem atividades que modificam o lugar e reforçam as tradições das comunidades que o vivenciam.

As relações humanas que se materializam no lugar integram o processo de produção do espaço, com essa compreensão, Mendes (2006, p.213) considera que, a categoria lugar é essencial à análise do espaço geográfico. Diante dessas proposições, o estudo tem o objetivo de refletir sobre a feira como lugar de memória e relações sociais que revela sua importância para se compreender a produção do espaço na cidade.

Santos (2015, p. 971) afirmam que, cada lugar é, à sua maneira, o mundo sendo assim, por toda a sua dinâmica social, cultural, econômica e territorial, a feira é este espaço de representação do mundo. A feira livre resiste no tempo como lugar de manifestações sociais, culturais e econômicas, e contribui diariamente para fazê-lo da cidade no que diz respeito à produção do espaço.

Ela normalmente é definida como o lugar onde ocorre a negociação ou a comercialização de produtos, mas para além da forma explícita do capitalismo, a feira é um lugar de negociação social, que nos modifica como afirma Massey (2008, p. 219-220) descreve como lugar, que resumidamente, nos modifica não a partir de um pertencimento visceral, mas a partir da prática do lugar, da negociação das trajetórias que se intersectam. A afirmação de Massey possibilita a compreensão de como a feira livre potencializa a oportunidade de vivenciar o saber substancial, contudo esquecido, de que compartilhamos os espaços dentro da cidade.

A experiência de compartilhar o espaço da feira é sentida por meio dos cheiros, dos gestos, da audição e das percepções apresentadas pelo lugar àqueles que circulam sobre ele, nos modificando pelas marcas das diversas trajetórias que se intersectam.

Essa negociação ocorre entre articulações nos olhares, nas falas, nos gestos e nos fazeres. Uma negociação permeada de confiança e de entrega, presente no momento da comercialização de produtos, como o ato do feirante, de oferecer ao freguês a oportunidade de experimentar o sabor da fruta, ainda que este não goste e não compre. Sobre as feiras Vedana (2004, p.11) discorre que foi a partir dos espaços de feiras-livres e das relações e interações estabelecidas entre seus frequentadores que passei a me indagar sobre estas formas de vida diversas que compõe a dinâmica urbana, na qual um ato, aparentemente simples, como a compra de alimentos, pode estar carregada de significados que ultrapassam a razão que envolve no que tange a tessitura das relações sociais presentes à sociedade contemporânea.

Por meio da reflexão sobre as vivências desses grupos sociais, surge o reconhecimento da feira como lugar de memória para os sujeitos que se relacionam ou se relacionaram com este espaço, e permite uma análise de Halbwachs (1990) considerando os cenários onde são tecidas histórias individuais e coletivas, combinações de experiências e relações sociais, ou seja, permite o reconhecimento do constructo social da memória (capaz de revelar o que as práticas cotidianas dizem sobre este espaço).

A reflexão sobre o espaço ocorre por meio da vivência do sujeito social e como ele vê e o que ele diz sobre esse lugar. De acordo com Nora (1999) p.21 se caracteriza como um lugar de memória é um lugar duplo; um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e reconhecido sobre seu nome, mas constantemente aberto a extensão de suas significações.

Deste modo, a feira apresenta-se ao mesmo tempo fechada em si mesma e aberta como lugar de multiplicidade de relações que se manifestam na medida em que os saberes e fazeres se incorporam no cotidiano. Silva (2007, p.6) compreende que, essa dinamicidade, ocorre à experiência vivida, cheia de conteúdos, onde se faz e refaz o cotidiano, onde acontece a reprodução da vida (privada, lazer, trabalho).

Diante da unicidade aparente, falseia-se o peso do lugar, espaço privilegiado das manifestações, das solidariedades, do cotidiano. Reconhece que é no lugar que a vida se realiza em todas suas dimensões. Quando essas relações são vividas, estabelecem-se identidades, afloram-se os vínculos afetivos, promovem-se rugosidades dentro de um determinado espaço constituído socialmente.

Para Santos (2004, p.173) explica que o espaço é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído. Surgem então, as rugosidades, que são o tempo histórico, intrínseco ao espaço. Essas rugosidades também estão presentes nas relações sociais que resistem, mesmo com a insistência das transformações da modernidade, produzindo os espaços de formas diversas.

Segundo Harvey (2012, p. 20) através das rotinas materiais cotidianas compreendeu o funcionamento das representações espaciais e construímos espaços de representação para nós mesmos, por tudo isso, o sentimento de pertencimento é exposto, sentido, materializado. A feira trata-se de um micro espaço que é determinado, em que a ordem econômica se condiciona aos padrões estruturados, as definições se assemelham aos locais específicos para a comercialização de frutas, que logisticamente são separados do local de comercialização de carnes, contudo, trata-se do lugar dos afetos, da comunicação, da espontaneidade, da confiança e da criatividade, e o conjunto dessas manifestações diversas proporciona o acesso à memória social e à reflexão sobre a produção do espaço.

Verificamos nos estudos contemporâneos que Aracaju se caracteriza como um espaço fértil promissor para diversas reflexões sobre as produções materiais de cultura, as relações diferenciadas de sociabilidades e no patrimônio de memórias apresentadas em suas expressões de religiosidade, músicas, linguagens e cultura. Destacando que, o exercício da vida material e os costumes de vida na cidade buscam através da rememoração do cotidiano as possibilidades de relembrar a parte e sua continuidade propiciando os costumes da cidade.

Muitos pesquisadores interpretam os costumes culturais, bem como, os temas recorrentes identificados na coleta de dados para efetivar essa pesquisa presente na cidade investigada, diante das sonoridades e o desenvolvimento urbanístico crescente entre os séculos XIX e XX.

Justificando os estudos realizados por diversos historiadores e pesquisadores a respeito do perfil da cidade de Aracaju, bem como filósofos, geógrafos e cientistas sociais, que elaboraram representações das cidades, que foram construídas ao longo do século XIX e do século XX com o intuito de consolidar as suas características no cenário urbano.

Ressaltando que de acordo com a época e cada modelo convencional que se verifica as expressivas significações, os conceitos e atribuições de valores. Destarte, para alcançar as construções do conhecimento, nota-se que, diversas informações se apresentavam como especulações ou por meio de um pensamento, que nem sempre se apresentava na realidade,

Analisando que as características mais evidentes da cidade, frequentemente são apropriações de realidades díspares em oposição ao que está recebendo ou migrando tais convenções, ou pela imposição de realidades, que de certa forma geram concepções utópicas.

Partindo do pressuposto de que a cidade pode ser dirigida por uma lógica abstrata e universal que demonstra uma expressiva pretensão dos pensadores a respeito da cidade, não considerando que a produção do espaço trata-se de um elemento sociocultural e não apenas técnico. Assim como, Marconi (2008, p. 102) descreve que as imagens reconhecidas nas cidades, frequentemente, não são exatamente nessas imagens que apresentam suas contradições, e as peculiaridades de seus habitantes.

O autor assevera ainda, os projetos urbanos e a arquitetura histórica pertinente em cidades como Aracaju, não podem ser classificadas como socialmente neutras, ao contrário envolve toda a organização social espontânea presente nesse âmbito, que intencionalmente se expressa, para revelar uma ideia não muito democrática, como pode ser avaliada nas diferenças que são sempre estereotipadas, deturpada e prejudica a histórias de grande parte das cidades.

Marcon (2008, p. 103) aponta que, não por isso, a cultura material (ou mesmo a cultural imaterial, que resiste com mais expressividade e relevância coletiva, e não esteja sujeita a resignificações específicas dentre os membros sociais e suas contradições. Todavia nesse encontro da razão técnica fortalecida, especificamente na cidade de Aracaju se apresenta distinta

dos códigos e modelos em que os organismos vivos que habitam na cidade, mas diante das altas temperaturas climáticas por vezes, acarreta um choque de realidade, e se destaca nos complexos e conflitantes objetivos multifacetados.

A partir dessa ampla perspectiva que ultrapassou inúmeras tentativas de padronização, tais como, os códigos de posturas e leis urbanistas que buscam realizar um enquadramento, com investidas para disciplinarização da população, demonstrando que esse conceito não se encaixa na cidade.

Nesse conflito entre o desejo do vir a serem, através das criações sociais, seus espaços e práticas urbanas, mediante a conjuntura real dos sujeitos e seus acontecimentos sejam diante das migrações e exportações de modelos e pensamentos, que tem como base as características de uma metrópole externa, e em distinto nível de desenvolvimento, que busca se aportar em colônias, num processo de autoafirmação e identidade enquanto cidade.

Evidenciando ainda as presentes cartilhas rígidas dotadas de concepções na implantação totalizante, com o objeto de envolver toda a cidade por meio de um esforço global único, revelando-se como ciladas de uma lógica universal, gerando espaços imaginários par impor limites, domínios e hierarquias.

Essas contradições já fazem parte de múltiplas investigações. Na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, nota-se que os fluxos e refluxos da cidade no contexto da sociabilidade urbana que se desenvolve por praticas culturais, fundamentado em registros históricos, elaborados pelos fragmentos de memórias, para consolidar seus costumes e hábitos reelaboradas ao longo do tempo. Revelando determinados aspectos, tais como, a caracterização e lugares e os modelos para os encontros socioculturais aracajuanos, que são essencialmente a construção de seu legado.

Podemos notar que práticas culturais da cidade de Aracaju foram construídas e desconstruídas na sociedade, que foram asseverados e interligados diante das mudanças políticas, econômicas e sociais, em relação às tradições inseridas em seu perfil, mas que evidencia as permanentes intervenções, como consequências dessas mudanças.

Com as múltiplas informações que contrasta como uma verdadeira trama, que é formada por tensões e diversos interesses, e desenvolvida por várias categorias de homens, mulheres e crianças e seus objetivos ecléticos, e por distintas experiências que vão se estabelecendo de forma ampla e diferenciada. Historicamente a cidade de Aracaju a partir de sua transformação do povoado para a capital do Estado em 1855, gerando um projeto modernizador.

Ressaltando que foi nas décadas de 20 e 30 do século XX, que tal projeto urbanístico passou a se evidenciar na busca de construir uma cidade projetada verificando que muitas

propostas foram realizadas, com maior expressividade na região central da cidade, porém nas demais não saíram dos sonhos e das intenções.

Na historiografia sergipana existe um período consensual no período compreendido de 1855 (fundação da cidade) e de 1920, onde se evidenciam traços mais significativos aos pretendidos desde o projeto original, e como consequências do período econômico positivo gerado pela II Guerra Mundial e o Centenário da Independência de Sergipe (1820-1920) que gerou reformas e melhorias na cidade.

Ewerton Vieira Machado (1989, p. 49) definiu que em Aracaju, a fisionomia de cidade ganhou novo perfil desde as primeiras décadas do século atual (XX), com o aparato na vida política e administrativa do estado e seus extratos econômicos, decorrente dos primeiros estabelecimentos industriais, consolidados ao final do século passado (XIX), iniciando a formação de bairros, e hoje com características mais populares além do quadrado de Pirro.

Nota que a cidade contém traços ou elementos de modernidade tais como a concepção de uma cidade projetada a partir de uma prancheta, formada por ruas retas e largas, com a racionalidade técnica e construtiva, a presença de jardins e praças arborizadas obtidas no seu crescimento de modo organizado, pertinente na área central da cidade, contudo, não foi suficiente fora desse quadrilátero privilegiado, que constituiu os inchaços urbanos nas periferias e nos bairros estabelecidos sem organização, e sem o apoio público, e pela circulação reduzida construídas em ruelas, morros, becos e ladeiras, e com a estruturação de casas de madeira (geralmente maderit usado), palha (principalmente de coqueiro para o telhado) e taipa (mistura de madeira, cipó, barro).

De modo que duas cidades se estruturaram as distintas ordenações, projetadas, uma recebeu toda a infraestrutura necessária, arquitetura, serviços urbanos, e dentro dos padrões reguladores na idealização de civilização e comportamento; e em contrapartida outra foi estrutura nas periferias e arredores, tanto nas áreas suburbanas como rurais, revelando um contingente de moradores pobres que habitam em ruas tortas, calçamento irregular, casas simples, e que se distingue tanto no emprego do material quanto no tipo de habitação. Sendo um desafio para efetivar uma administração que atenda as necessidades divergentes dessas categorias sociais de modo equitativo e sem atritos de interesses, destacando que nunca foram poucos os interesses, especialmente sob a justificativa de suas regiões fronteiriças.

Nessa confluência que a cidade e capital de Aracaju, tornaram-se uma cidade de maior relevância econômica e política do Estado de Sergipe, que lidera os demais municípios que detém uma situação de poder privilegiado no cenário estadual sergipano, como atrativo para os políticos interioranos onde construíram as suas casas, e pelos comerciantes com a expansão de novos empreendimentos.

Nessa configuração que as sonoridades urbanas apresentam uma sinfonia dissonante como verificamos ao longo do trabalho, de forma experimental buscou apontar tais percepções diante das múltiplas experiências sociais urbanas vivenciadas na cidade de Aracaju, com o intuito de identificar como ocorreu o processo de transformação e na expansão da cidade, que vem sendo estabelecida desde o século XIX, no entanto, o povoado, somente se classificou como cidade a partir do século XX sendo expressiva a existência de sonoridades, nesse período foi produzida, incorporadas e difundidas.

Considerando que o processo de transformação ou atraso dos moradores rurais em relação à cidade urbana promove a modificação das sensibilidades auditivas. Mediante as impressões, vivências e experiências como identidade, memórias sociais em que a sociedade no seu cotidiano e nos hábitos de vida. Uma vez que o indivíduo urbano, que está inserido nesse contexto se caracteriza por acessar linguagens, vivências, intercomunicações sociais, sonhos e emoções em que são traduzidos nas concepções de memórias urbanas.

Ao interpretá-las identificam-se suas particularidades, seus sinais, e as percepções que geralmente não são objetivas em seu no cotidiano pela escassez de memórias, salientando o caráter efêmero impresso, asseverado pelas dinâmicas socioeconômicas que são construídos em ritmo fugaz, geralmente automatizado.

Em contrapartida ao abordar cidade formada por moradores, com hábito cultural presentes em seu cotidiano, época em que o o animal era o meio de transporte mais comum e acessível a população, apresentando uma circulação reduzida de carros circulando, e caracterizada pela proximidade dentre as pessoas, pela menor densidade populacional, e o seu convívio social mais afluído cotidianamente nos bairros onde as conversas à porta das casas, nas cadeiras, nas calçadas, época em que os espaços sociais e urbanos ainda não foram destruídos para inserir novos equipamentos urbanísticos, tais como os habituais arranha-céus.

Na formação e na configuração da cidade aracajuana, cronistas, poetas, legisladores, memorialistas, escritores e cientistas relataram através de suas próprias vivências e por vezes pela imaginação, em busca de apresentar as questões relacionadas aos sons, silêncios, vozerias, ritmos, estribilhos, timbres e burburinhos ocorridos na cidade, e presentes na cotidiana enfatizando as ações culturais e dos ritmos domésticos entre os protagonistas sociais sobre as sensibilidades auditivas na cidade.

De modo que com o intuito de ampliar os aspectos de sonoridades a fim de analisar e compreender as narrativas historiográficas sobre a estruturação da cidade, seus habitantes e os sons produzidos. Como podemos abordar na pesquisa os diversos eventos com as vozerias na cidade, o lufa-lufa das feiras livres, dobrados dos sinos das igrejas, os tic-tac's dos relógios, carros, diversão e sua relevante multiplicidade musical.

Verifica-se que a expressão vozeria significa ajuntamento, reunião (festiva ou não), realizado por um conjunto de pessoas pelas ruas. Tais expressões de cunho pejorativo e construído pelo Estado regulador com o intuito de intervir nas relações de convivências solidárias e amistosas presentes em grupos, formado por variadas etnias, moradores periféricos, com a alegação do estado como advertência de risco com a concentração de pessoas consideradas e classificadas como de baixa qualificação social.

O incômodo das vozerias do passado na cidade foi restaurado, no início, através dos Códigos de Posturas que registram a proibição desses atos, e as restrições incluíam penalidade como multas e prisão. E ainda constava nos Diários de Ronda Policial para que os lugares onde se realizem essas práticas culturais, as festas e suas tensões sociais relatados como locais de risco para a população salientando que sempre sofreram fiscalização e vigilância pelo poder público.

Com a manifestação do alarido gritos, falatórios, algazarra, gritaria, desenvolvidos no espaço público, nessa época era concebido como um comportamento ofensivo à ordem pública. Que classificava as falas como obscenas ou injuriosas no âmbito público ou particular, soltar gritos, praticar atos ou ter gestos ofensivos à moral dominante, enfatizando os termos do constante objetivo para o controle social na cidade, apoiado, pelo discurso a ser propagado no século XX.

As tensões dessas práticas se demonstram desde a origem da cidade, no século XIX, e são heranças. Para compreender as construções culturais do século passado abordando o cotidiano da cidade e suas relações com o futuro para a fim de promover a continuidade do processo e dos valores culturais. A Resolução n. 458, de 3 de setembro de 1856, ditava: “he prohibido fazer vozerias, alaridos e dar gritos nas ruas sem ser para objecto de necessidade, bem como eh prohibido aos trabalhadores andarem gritando pelas ruas”.

Destacando que Aracaju passou a ser capital em 1855, de acordo com Resolução de 1856 seu primeiro Código de Postura. Que definia como proibição à população em geral, em seu artigo 10 enfatizando e orientado aos trabalhadores a pena de quarenta e oito horas de prisão e multa. Noutro artigo, dessa mesma resolução, se registra o ato de proferir palavras indecentes, ou gestos, e atitudes da mesma natureza, com exposição de quadros ou figuras ofensivas à moral pública.

Nesse último item, o ato grave se definia ao fato de que se um individuo que cometesse tal ato fosse escravo, essa multa reincidiria e deveria ser arcada pelo seu senhor. E ainda temos a questão dos trajes definidos como indecentes e ao sair às ruas, e pessoas nas práticas culturais, os mandriões (como definido) sem camisa, caracterizado como escândalo da moral pública. De acordo com o dicionário mandrião se define por aquele que mandria, é preguiçoso para trabalhar ou estudar, indolente.

Nesse cenário os que fossem abordados pelas autoridades policiais, deveriam ser presos por cinco dias, e arcariam com multa. Outra penalização estava no ato soltar foguetes, busca pés e dar tiros de roqueiras, referindo-se a um instrumento de ferro de característica cabular e que possuía uma entrada por orifício para colocação de pólvora e em atrito com a armadilha também em ferro causa um estampido, e estava considerada como objeto dessa legislação, Aracaju presente na região Nordeste do Brasil, local em que os festejos populares, folguedos, brincadeiras, e diversões são pertinentes entre outras práticas dessa natureza, no entanto, era motivo de prisão por oito dias e a aplicação de multa de 10.000, definido como alto valor para a época em questão.

Uma vez que até 1942, a moeda brasileira era os mil reis grafados 1.000. E um conto de réis correspondia um mil réis e era grafado 1, 000, 000.

Que posteriormente foram substituídos pelo cruzeiro. De modo que se percebe que os valores atribuídos as multas se pautavam na legislação em vigor na época, e que se caracterizavam de alto valor considerando uma cidade que era formada por uma população pobre, de escravos e alguns comerciantes.

As multas eram direcionadas para um determinado segmento da sociedade: os pobres. E se pautava em proibir que trabalhadores andassem as ruas gritando, ou pronunciar determinadas palavras ou vestir-se indecentemente, tão pouco era permitido soltar foguetes, revelando de grande exagero visto que era aplicado a um povoado que tinha pouco tempo, dois anos apenas, e a pouco o status de cidade e de capital, mas esta presente na resolução de normas de 1856 e que parece, necessitava demonstrar a sua entrada na novidade e exibir os conceitos dela gerados.

Essa imposição para um povoado, na época, que tinha o ritmo próprio e que não foram orientados para essa responsabilidade que ser a capital do Estado, que demandava novas formas de comportamento. Podemos conjecturar que existia uma contradição entre a cidade real, sobre o que deveria ser escondido, e a cidade ideal, e o que era para ser exibido.

Com o decorrer do tempo verifica-se no artigo 125, sob o Código de Postura de 1926, que ficou vigente durante o restante da década de 1920 e quase toda a década de 1930, que expressa que é proibido no município todo e qualquer alarido que perturbe a ordem pública, exceto para invocar socorro em caso de perigo.

No artigo 245, agora do Código de 1938, descreve a proibição, quando no seu parágrafo primeiro que estará sob pena de multa de 40,000 todo qualquer alarido noite, apenas será permitido em caso de perigo acrescentando a proibição dar tiros a qualquer hora do dia ou da noite, apenas no de deveres do serviço público e extraordinariamente nos casos de legítima defesa, proteção a propriedade ou pessoa.

Nota-se no ato legislador que visa controle e fiscalização para uma específica parcela da população que foi presente no século XIX e se manteve no século XX. Tais práticas sociais na

visão do Estado nesse período sobre a população não apontam grandes alterações sendo possível verificar quando visualizamos isso sobre a prática de vozerias e suas manifestações de repúdio sobre o barulho na cidade.

No entanto, ao passo que a cidade crescia foram alterados os comportamentos, legislações e outras normas se modificaram geradas e introduzidas na vida social da cidade, contudo, é possível verificar que também que a ordem estabelecida nem sempre era ordem pretendida, podemos verificar que a princípio, que ordem pretendida ou idealizada nem sempre se assemelhava com a ordem estabelecida.

O que nos demonstra um modelo de cidade em sua construção, em perceber suas contradições, seus discursos e suas práticas dissonantes. Sendo que entre outros aspectos da cidade e a presença dos sons que nela irradiavam tais como, as feiras livres na cidade que foram tema de estudo e investigação.

Lindenfeld (1999) pontua que, a feira livre se constitui por um local privilegiado nas cidades, onde o homem e o mercado onde se misturam em que são realizados diálogos rotineiros e apresenta as chamadas e o discurso sedutor dos vendedores. Tinhorão (2005) salienta que esse diálogo diário corresponde à comunicação ordinária, com manifestação de palavras de caráter puramente comercial, ou não entre os clientes e os vendedores.

Notamos nesse estudo que os também conhecidos como pregões, que tem a criação sonora de profissionais livres vendedores e compradores de variados objetos, doceiros, baleiros, sorveteiros, ou pequenos artesãos, como amoladores, consertadores de guarda chuva e painéis

No que se define pelo discurso sedutor, realizado pelos vendedores na feira, que tem como principal objetivo atrair a atenção da clientela para a mercadoria e convencê-la a comprar. Todos esses processos de comunicação oral e o uso de recursos verbais e linguísticos estão inseridas na estrutura sociológica e histórica na geração de saberes por meio de uma tradição nascida nas ruas.

Verificamos nos gritos dos vendedores ambulantes, presentes nas ruas das cidades, desde a antiguidade. Se apresentam como a primeira forma oralmente de publicidade, bem como em promover a comunicação. Rolnik (1999) se destaca que num tempo onde a cultura letrada se restringia a uma classe de privilegiados e onde as proporções dos iletrados consideráveis integravam a gritaria de suas mercadorias como único meio disponível aos comerciantes para chamar sua clientela.

Nota-se que a venda ruas constituía o primeiro contato, possibilitava a troca de informações e a garantia a sobrevivência. Com o funcionamento das feiras antigas na cidade de Aracaju, como previsto no artigo 2 do Código de Posturas de 1858 cita que “a mesma terá lugar nas segundas-feiras de cada semana das 7 horas da manhã até as 3 da tarde, e nella se exporão á

venda quaesquer mercadorias, e especialmente farinha, feijão, milho, arroz, legumes, frutas, assucar, café, azeite, aves, ovos, e peixe.”

Santos (2008, p. 26) aponta que nessa época, Aracaju, sobre as feiras e a realização do comércio miúdo com a presença de diversos gêneros, quinquilharias e bugigangas, era tida como um comércio de réis entre a população mais pobre, uma vez que os ricos satisfaziam sob suas exigências e na compra de guloseimas presentes em atacadistas, varejistas e armazéns.

Acrescentando outros indícios no que se refere às feiras aracajuanas no Relatório do Presidente da Província de Sergipe Del Rey, Luiz Álvares D Azevedo Macedo, publicado em 1872. Que nesse cenário afirma-se que desde logo cedo, ela manhã centenas de pessoas de ambos os sexos, a pé, a cavalo e em carroças, chagavam a cidade. De acordo com ele, invadindo a rua do comércio pelo cais, pelo centro da cidade e pelas calçadas. Por fim, pronuncia sua preocupação citando que os comerciantes faziam o seu comércio no meio de gritos descompassados.

Nota-se nesses dois exemplos a existência de um burburinho no dia em que a feira era estabelecida na cidade. Como visto nos recortes, com a necessidade de se alimentar e que era consumido por meio de produtos oriundos do interior sergipano advindos do plantio nos arredores da cidade.

A lista de produtos de consumo era direcionada para uma cultura de subsistência para as necessidades básicas apresentando uma diferenciação entre classes sociais entre os que compravam nas feiras livres e a parcel de privilegiados que compravam nos armazéns denominados de secos e molhados. Denominado como a lufa-lufa da população, em apresados, o vai e vem os trotares e os relinchaes dos cavalos e os chiados e frenagens das carroças são indícios fortes sobre a sonoridade presente nas feiras livres.

De modo que o vendedor seja nas feiras ou nos estabelecimentos comerciais sempre teve uma presença privilegiada. Podemos encontrar esses personagens desde o século XIX até a atualidade. No século XIX em Aracaju houve o trabalho compulsório dos escravos para os libertos, que não teve um merecido estudo e tratamento entre os pesquisadores e seus aspectos culturais.

Muitos estão presentes nesse comércio livre no século XIX, tais como, as quitadeiras e seus tabuleiros, aguadeiros e seus barris ou ancoretas de água como produto de venda, os vendedores de leite e lenha, que aos berros, buscam atrair fregueses e clientes em seus negócios. No que se refere às quitadeiras, especialmente, vistas pelos jornais com um perfil de negras pertinentes que avançavam e insulta todos á meia língua.

Por meio do comércio ambulante presente em ruas, becos, praças e ruelas da cidade de porta em porta apresentando os seus produtos e guloseimas dentro de cestos e nos tabuleiros

com verduras e hortaliças, frutas e doces, e flores, utensílios de cozinha entre outros. Aracaju vivenciou a alegria da tagalerice das quitandeiros de acordo com Santos (2008, p. 72-3) no período do Brasil Colonial, e as negras eram chamadas “negras de tabuleiro” responsáveis pelo comércio ambulante.

Na historiografia brasileira essas escravas de tabuleiro se caracterizavam e se alternavam como vendedores livres, com a presença de caipiras e mestiços em uma expressiva parcela do Brasil, com a venda de quitutes e biscoitos, garapa, aluá, saúvas e peixes. Rolnik (1999) relata que essa ocorria também entre escravos de bens de prestígios, tais como aguardente ou fumo, e produtos mágico-religiosos, como ervas velas, estatuetas de barro, frangos, tomando um novo sentido além do econômico, mas concebendo as relações comunitárias reafirmando os laços que o pequeno comércio já selava e se perpetuou.

Na cidade eram realizados feiras e comércio em diversos segmentos da população e com as transformações urbanas existentes em termos de avanços tecnológicos possibilitou mudanças em termos comportamentais. Como exemplo, os meios e formas de comunicação com a introdução de sinos e relógios, que tinham a função de identificar as relações entre as sonoridades e o desenvolvimento urbanístico em Aracaju.

Destacando que o badalar dos sinos formaram um autêntico sistema de comunicação coletiva, incluído nos ritmos da vida cotidiana, mas que sofreram um processo de dessacralização contínua. Como instrumento diretamente presente na formação da cidade e nas relações de ordem, estabilidade e vizinhança, bem como o vital compartilhamento dentre os que nasceram, e se estabeleceram na cidade.

Munford (1998, p. 76) aponta um importante dado, destacando que os sinos colaboraram muito na questão da territorialidade e na espacialidade da cidade. Entre as cidades antigas, que não se desenvolveram além dos limites físicos do corpo humano, tampouco distâncias, nas caminhadas e da audição. Esses dobres, toque e repiques dos sinos que durante muito tempo foram praticados e possui diversas utilidades para estabelecer essa comunicação entre a população e o local.

Entre seus múltiplos usos, houve sinal de alerta, toque de incêndio, desmoronamento, inundações, como um chamamento geral em momento de perigo eminente. Tais sinais se reconheciam e eram decodificados por moradores por meio dos tipos dos dobrados emitidos. Entre as peculiaridades dos seus múltiplos usos, bem como, o número e as características em cada um de seus inúmeros dobres, toques e repiques, conhecidos amplamente e claramente decodificados pelos habitantes da cidade.

Aprobato Filho (2008, p. 26) discorre sobre os toques matinais e de recolher, por repiques de Aleluia, nos finados às Ave-Marias, perpassando por outros toques de incêndio,

desmoronamento, inundações, mortes, nascimentos e outros, os sinos se evidenciam como elementos fundamentais para a comunicação urbana e para o desenvolvimento das experiências cotidianas. Porém não só os sinos emitem comunicação com a população, os relógios das igrejas, vistos também como sons institucionais são instrumentos que interagem com a cidade.

Nesse sentido, sobre a notícia, a ausência do funcionamento do relógio da matriz eclesiástica, nota-se o semanário que discorre pelas questões econômicas ao afirmar que nem toda casa tem relógio, de modo que esse objeto para certos lares se trata de um adorno de luxo, considerando que o pobre não pode possuir regalias comuns aos ricos.

E determina que o cidadão vespertino de máxima conveniência para realizar o concerto do relógio da matriz, uma vez que o badalar, mesmo estando fora do regulamento, porém é válido que desejam que em breve retorne o soar do velho relógio. Desse modo, os sinos e os relógios nas igrejas ou das praças, possuíam a função vital na comunicação urbana, que gradativamente perdeu a sua relação com o espaço urbano, ressaltando o desenvolvimento e o alargamento do território, impossibilitando cobrir essa área alçada pela cidade.

Schafer (2001) destaca verifica-se que os meios de comunicação foram estabelecidos a fim de atender a dimensão geográfica da cidade, e nas rondas e patrulhas e os serviços de telecomunicação, diante das novas percepções e sensibilidades que se determinaram com vida urbana. E que gerou posteriormente a introdução das sirenes, de início com as fábricas e posteriormente nos automóveis.

Com esse som promovido por meio do escapamento livre dos automóveis passou a ser um objeto de desconforto sonoro que foi incluído como proibição em no código de posturas, apenas na década de 1930, lembrando que os primeiros automóveis na cidade de Aracaju, teve início no primeiro decênio do século XX.

Como confirmado e afirmado no confronto entre o Código de Posturas de 1926 no Código de Postura de 1938, nota-se primeiramente, a existência de uma seção denominada segurança e em seu item sobre trânsito público encontra-se muitos artigos dedicados sobre o de animais em vias públicas, determinado: “proibido correr a Cavallo pelas ruas, avenidas e praças da cidade ou matar animais às portadas, postes de iluminação ou bondes, de linhas telegraphicas ou telephônicas.”

Posteriormente, o Código sobre o trânsito de cavalo pela cidade aparece somente uma única vez no art. 221 § 7, apontando que será passível de multa de 30.000 aos que andarem á cavalo ou conduzir a cavalgadura nos passeios ou jardins ou na condução de motocicletas, bicicletas ou carrinhos, com exceção das de crianças e cadeirantes. Em oposição, nesse mesmo Código, além dos artigos 2, 32, 63, 104, 140, 167 e 184, possui uma seção denominada Trânsito Geral de Veículos, especificamente nos artigos 208 a 218.

Encontra-se o processo de disciplinarização ou a regularização dos costumes de comportamentos e inclusão para introdução de novos equipamentos e valores na cidade, que permitiram alterações também na legislação. Como a presença de carros transitarem nas vias públicas que se tornou uma novidade uma vez que, na década de 1930, essa cidade em processo de adaptação com as antigas estruturas de locomoção.

Tais sonoridades promovidas por meio dos automóveis, bondes e trens foram substituídas pelos sons produzidos por mulas, cavalos, carroças e charretes de antigamente. Lembrando que esses não foram eliminados, mas foi introduzida a presença de novos sons e de novos ritmos com a sociedade necessitava amalgamar e incorporar nos seus ouvidos como camadas sonoras difusa, vista como a totalidade de sons que, sobrepostos e mesclados de forma contínua e crescente, presentes nas ruas e em espaços públicos da cidade.

Nesse processo de desenvolvimento urbano, dos costumes mais antigos passaram a não ser mais o objeto de preocupação na legislação e foram incluídos outros. Devido às novas formas de locomoção incluídas no espaço urbano e/ou nos processos ditos civilizatórios, por meio de comportamentos impostos, vão se ajustando. Como cita o memorialista Murilo Mellins (2000, p. 59) descreve de forma clara quando afirma a respeito da existência de carros nas décadas de 30 e 40 em Aracaju, no período em que não havia muitos carros de aluguel e os transportes eram os bondes, os aracajuanos decoravam as chapas dos automóveis particulares

Carlos (2001, p. 5) cita que a inserção de novos equipamentos, os mecanismos e tecnologia são percebidos através das impressões, pistas e vestígios herdados de um passado e, nesse sentido, Nunes (2005, p. 01) discorre que habitar é deixar rastros.

Tais mudanças proporcionarão a circulação de pessoas, mercadorias e ponto de convergência promovendo a assimilação de novos hábitos e alterando os existentes levando sempre a ideia presente do novo, estimulando na cidade essa característica marcada com a busca da modernidade.

Santos (2007, p. 18) define a cidade Aracaju, como a que sempre deteve uma ordem, um ponto imaginário, com a introdução de um implemento técnico que a fez um espaço de fluxo, de circulação, acessibilidade, centralidade geopolítica e econômica, todavia Aracaju manteve um misto de características rurais ou considerados arcaicos por meio de símbolos e sinais de modernidade e civilidade.

Kátia Loureiro (1983) relata que em quarenta por cento dos prédios existentes em 1934, em Aracaju, denominados como mocambos. Entretanto, não é possível citar mudanças radicais, bruscas, bem como assimilação imediata das modernidades, diante de seus valores e tradições que foram transformadas, amalgamados e alterados de acordo com processo de absorção dos

novos conceitos apresentado na sociedade. Prevalecendo na cidade o ideal de moderno ou de querer ser moderno, de acordo com a sua concepção inicial.

Muitos aspectos foram marcados por influências dessas concepções no espaço físico da cidade, entre os comportamentos, e na área do lazer. Bem como os novos tipos de diversão que eram diretamente semelhantes às mudanças dos equipamentos urbanísticos da cidade e as concepções sociais. Como podemos verificar que existiam diversas maneiras e concepções de lazer e diversão, que eram desde um simples passeio pela cidade ao rala coxa nos inferninhos, nos botequins, e bares-dançantes, bem como em residências, nas festividades e celebrações, onde se demonstrava suas identidades e pertencimentos e nas sessões de teatro e cinema.

De modo que esses ambientes e suas praticas ocorriam em algumas categorias como artistas, músicos, e os participantes promovendo o que é definido de mediações culturais, com a presença de trocas, e sem a imposição de saberes dentre os participantes da festa com a sociabilidade na produção e reprodução de cultura da sociedade. No que se refere aos espaços de socialização, Roberto da Matta (1997, p. 135) assevera que esses têm a função de mediação dentre os segmentos sociais, o interesse social e politicamente contrário

Resultado das práticas culturais da cidade que se constroem e desconstroem no âmbito da sociedade, mas estão interligados de acordo com as mudanças políticas, econômicas e sociais, e de conforme as tradições onde estão inseridas. Essas múltiplas informações e contrastes revelam uma verdadeira trama com a presença de tensões e interesses diversos, apresentadas em várias categorias de transeuntes e por ecléticos desejos, distintas experiências que são funcionalmente diferenciadas.

Sendo nos cafés, cabarés, bares, mercados, botequins, festas de terreiros, residências, teatros e cinemas, feiras livres e espaços de grande circulação de pessoas e com aspecto de extroversão e nas festividades da população aracajuana, são encontradas as heranças e práticas culturais sob grande vigilância e controle social por parte do Estado.

Muitos que fizeram parte desse cenário como responsáveis pelas sonoridades da cidade tais como os vendedores da feira, os músicos de rua, os cantores de bares e cafés que sobrevivem com a contribuição eventual e muitos moradores tinham esse momento de lazer ao som de seresteiros, violeiros e sambistas. E esses se apresentavam em diferentes ambientes, com características públicas, em busca de clientes encontros, prazer e conversas, como o ponto preferido dos populares, constituindo os espaços de sociabilidades.

Esses ambientes não eram constituídos apenas por musicas e sonoridade só, mas comida, bebida, jogos e prostituição, e pelas tensões sociais com as ocorrências de brigas, desavenças, confusões, conflitos, praticados por frequentadores ou pela própria polícia. Chalhoub (1986) discorre que nesses ambientes se desenvolviam as conversas informais, os

encontros socioculturais ao redor das mesas ou em seus balcões, e nas rodas das brincadeiras, na hora do descanso, sempre como desabafo sobre a luta pela sobrevivência com a presença de uma bebida para entorpecer o corpo e a alma.

Verificam-se nos Diários de Ronda, relatos de crimes e nas notícias de jornais, muitas ações por parte do Estado se deram com a finalidade de monitorar o controle social urbano. E esses se tornaram ponto de reunião, encontros de boêmios que foram popularizados com tanto veemência que sofreram intervenções municipais com a justificativa de ruídos e sons. De modo que se verifica que foi privilegiada a vida festiva aracajuana em sua região central e adjacências.

De modo que as sonoridades relacionadas sempre se caracterizam como a diversão noturna na cidade de Aracaju, e a intenção do controle e da vigilância das tendo em vista que o perfil ambientes noturnos se alterava há certa hora para dar lugar para aos jogos, festas e prazeres. A cautela com o bem-estar dos doentes que internados e a perturbação das aulas em colégios e escolas também estava entre as preocupações do Estado relacionadas aos costumes e comportamentos de uma ordem pública expressiva sob a existência de uma linha divisória entre o legal e o interdito.

De modo que o século XIX pode ampliar a pesquisa e verificar a presença de escravos ladinos, que prestavam serviços forçados na cidade, e a presença da chamada mulher da vida livre nos cenários boêmios. E a presença de equipamentos, varredores, carroças, policiais, escravos, homens, prostitutas, boêmios e ladrões, como os funcionários de órgãos públicos.

## **2. Considerações Finais**

Verificamos nesse estudo que desde o século XIX para o XX, com a identificação dos lufa-lufa das feiras livres, a circulação de pessoas, e veículos, os hospitais, e ambientes toda ordem, as instituições públicas, colégios os dobrados dos sinos das igrejas, os tic-tacs dos relógios, a diversão e a multiplicidade musical sempre foram palco das relações sociais, compartilhamentos e na construção de vínculos de pertencimento pela população, por meio de suas vivências e experiências culturais.

Na promoção de mediações entre os conceitos pré-estabelecidos pela sociedade dominadora e pelo poder público e dinâmicas intrínsecas construídas pelos indivíduos para recriação da cidade, gerando as denominadas comunidades, como um processo de sobrevivência e formada por hábitos, comportamentos na manutenção de suas memórias emocionais, diante da empatia pelo lugar.

Destacando a feira livre, objeto principal desse artigo que se trata de um local privilegiado nas cidades, onde o homem e o mercado onde se mistura, a feira promovem as relações sociais, além do comércio presente, possibilita grande troca de saberes e é palco de diversas linguagens, e riquezas culturais presentes até a atualidade em todo o país.

## Referências

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 2007.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

DA MATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Org.) **História oral: memória, tempo, identidades**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 117

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 1990. HARVEY, D. O espaço como palavra chave. Geographia, Niterói-RJ, vol. 14 n° 28, p. 8-39, 2012.

HARVEY, David. **O direito à cidade. Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012.

LINDENFELD, Jacqueline. **Palavras rituais nos mercados urbanos na França**. Tradução de Karim Khoury. Projeto História, São Paulo, n. 19, p. 31-43, 1999.

LOUREIRO, Kátia. A. S. A trajetória Urbana de Aracaju: em tempo de interferir. Aracaju: Instituto de Economia e Pesquisas/INEP, 1983.

MACHADO, Ewerton Vieira. **Aracaju: paisagem e fetiches, abordagens acerca do processo urbano recente**. 1989. 305 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) ? Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989.

MASSEY, D. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MARCON, Frank. **Quilombo urbano da Maloca: espaço e etnicidade em Aracaju/SE**. In: LEITE, Rogério Proença (Org.). Cultura e vida urbana: ensaios sobre a cidade (Org.). São Cristóvão: Editora da UFS, 2008. p. 89-107.

MELLINS, Murilo. **Aracaju romântica que vi e vivi: anos 40 e 50**. Aracaju: UNIT, 2000.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998

NORA, Pierre. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, v. 10, 1993.

NUNES, Verônica Maria Meneses. **Vida e movimento cultural da terra dos cajueiros. Olhares sobre a cidade sesquicentenária**. Exposição das Comemorações do Sesquicentenário da Aracaju. Aracaju: Museu do Homem Sergipano, 2005.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade** de São Paulo. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/ Fapesp, 1999.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. ed.2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. 734

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004

SANTOS, Maria Nely. **Aracaju: um olhar sobre sua evolução**. Aracaju: Triunfo, 2008

SANTOS, Waldefrankly Rolim de Almeida. **Práticas e apropriações na construção do urbano na cidade de Aracaju/SE**. 2007. 144 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal de Sergipe /UFS, São Cristóvão, 2007.

SCHAFER R. Murray. **A afinação do mundo**. São Paulo: UNESP, 2001. TROTTA, Felipe. Juízos de valor e o valor dos juízos: estratégias de valoração na prática do samba. Galáxia: Revista transdisciplinar de comunicação, semiótica, cultura, São Paulo, n. 13, jun

SILVA, Mary Anne Vieira. **Cotidiano e Lugar: interpretações conceituais numa leitura geográfica para uma prática de ensino**. Anais: II EDIPE II Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino 04 a 06 de novembro de 2007 Anápolis GO. p. 6. Disponível em: Acesso em: 28.11.2022

TINHORÃO, José Ramos. **Os sons que vem da rua**. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2005.

VEDANA, Viviane. **“Fazer a feira”: estudo etnográfico das —artes de fazer de feirantes e fregueses da feira livre da Epatur no contexto da paisagem urbana de Porto Alegre**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2004. 251p.